
ENTREVISTA COM

REPRESENTANTE DA

CAPES, DR. JORGE

EREMITES DE OLIVEIRA

1) Quais são os principais desafios na formação de arqueólogos hoje no Brasil?

A Arqueologia Brasileira tem registrado um significativo crescimento quantitativo e qualitativo nas últimas décadas. Esta situação tem a ver, dentre outros motivos, com o crescente uso da Arqueologia para o licenciamento socioambiental de diversos tipos de empreendimentos: desde a reforma de uma praça pública no Rio Grande do Sul até a construção de uma mega usina hidrelétrica no Pará. A situação apontada também decorre de investimentos públicos destinados à expansão do ensino superior no país. Exemplo disso é o que tem acontecido no âmbito do programa REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), do governo federal. Tudo isso tem sido registrado após o fim do regime militar (1964-1985) e a partir promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste contexto houve a reorientação do papel do Estado Brasileiro, inclusive no que se refere ao patrimônio cultural e a segmentos historicamente excluídos da população nacional, como os povos indígenas e as comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, extrativistas etc.). Soma-se a isso a gradual retomada do crescimento econômico nas décadas de 1990 e 2000, o que aconteceu no âmbito da mundialização do capital e contribuir para aumentar as demandas para a chamada Arqueologia de Contrato.

* Licenciado em História pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); mestre e doutor em História, na área de concentração em Arqueologia, pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul); com estágio de pós-doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional, UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professor e pesquisador da UFPel (Universidade Federal de Pelotas), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e atual coordenador adjunto da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

O crescimento apontado pode ser verificado, especialmente a partir da década de 2000, na abertura de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* em todas as regiões. Atende a demandas apresentadas pelo setor público, iniciativa privada e segmentos organizados da população nacional.

Neste sentido, entendo temos muitos desafios a serem enfrentados de forma organizada e coletivamente. Talvez o maior deles seja o oferecimento de uma sólida formação em nível de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), sobremaneira nos cursos de bacharelado. No que se refere à graduação, temos o desafio de formar arqueólogos com uma formação holística e de excelência do ponto de vista técnico, teórico-metodológico, ético e social. Esforços para isso existem em todos os cursos, os quais, assim como os programas de pós-graduação, estão organizados de duas maneiras: em Arqueologia ou em Antropologia com habilitação, linha de formação ou área de concentração em Arqueologia. Em ambos os casos formamos, de fato e de direito, arqueólogos. Além disso, dificuldades têm sido superadas a todo instante: constituição de novos laboratórios devidamente equipados, ampliação de acervos bibliográficos, captação de recursos em agências de fomento, realização de aulas teóricas e práticas, oferecimento de estágios e oportunidades para participar de escavações arqueológicas em vários estados e até mesmo em outros países etc.

Contudo, verificam-se no âmbito governamental algumas iniciativas isoladas, como o observado no Edital nº. 01/2015 do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)¹, relativo ao processo seletivo simplificado para a contratação por tempo determinado de profissionais de Arqueologia com nível superior, que demonstram estar na contramão dos desafios enfrentados nas universidades. Senão, vejamos:

EXPERIÊNCIA: 'profissional superior a 05 (cinco) anos após a conclusão de curso de graduação em arqueologia', considerando a participação em projetos de pesquisa acadêmica e de contrato, e exercício profissional na área de arqueologia junto a instituições de ensino, pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico; ou possuir título de Mestre ou Doutor na Área de Conhecimento no campo da Arqueologia (grifo nosso).

Este tipo de situação denota um desprestígio aos graduados em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia², como se fossem menos arqueólogos, em relação, apenas para exemplificar, a colegas que somente em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado) incluíram um título de Arqueologia em seu currículo. Neste aspecto em particular, registro que do meu ponto de vista um graduado em Arqueologia ou Antropologia/Arqueologia é legalmente tão arqueólogo quanto a um mestre ou doutor neste campo do conhecimento. Ao querer hierarquizar a formação desses profissionais, o referido órgão leva-nos a entender que chama para si a tutela da Arqueologia e da prática arqueológica no país, como se estivesse acima de outros poderes constituídos na República, incluindo o Congresso Nacional e o Ministério da Educação. Esta situação tem gerado descontentamento na comunidade arqueológica e chama ainda à atenção para a necessidade da regulamentação da profissão de arqueólogo.

Então, dentre os maiores desafios que temos pela frente estão o fortalecimento de nossa própria organização enquanto comunidade científica e a formação de excelência de arqueólogos em nível de graduação e pós-graduação.

2) Como você vê articulação entre os cursos de graduação e pós-graduação da área?

Particularmente percebo de maneira bastante positiva a articulação entre os cursos de graduação e pós-graduação no campo da Arqueologia. Tenho observado colegas trabalhando intensamente para o fortalecimento das graduações: elaboração e periódica reelaboração de projetos pedagógicos, estruturação de laboratórios, estabelecimentos de convênios interinstitucionais, capacitação docente (doutoramento e pós-doutoramento), aumento da produção intelectual, investimento em iniciação científica etc. Isso ocorre em todas as instituições onde a Arqueologia está presente em cursos de graduação e pós-graduação. Nelas há esforços individuais e coletivos para a existência de uma ligação umbilical entre graduação e pós-graduação. Geralmente isso é feito a partir de certo planejamento, com vistas à criação e estruturação de programas de pós-graduação, embora tenhamos um grande problema a enfrentar em certas universidades. Refiro-me à ausência de um planejamento estratégico que assegure o crescimento da Arqueologia em todos os níveis: ampliação da estrutura física (salas de aula, laboratório, auditórios, museus etc.), contratação de novos profissionais, apoio à produção intelectual etc. Na ausência de um planejamento desse nível, os avanços passam a depender mais da iniciativa de pessoas e grupos de pesquisadores do que, propriamente, de algo mais amplo e definido institucionalmente. Exemplo disso é a ausência de planejamento estratégico para verticalização do campo da Arqueologia em nível de mestrado e doutorado. Por razões dessa natureza é que cada vez mais se torna necessário elogiar os avanços registrados aqui e acolá no que se refere ao empenho dos colegas para o crescimento e consolidação da Arqueologia no Brasil.

Faz-se necessário registrar, ainda, que há articulações em andamento para a elaboração de novas propostas de programas de pós-graduação em Arqueologia e em Antropologia/Arqueologia. Ao mesmo tempo existem ações sendo desenvolvidas para a criação de novas graduações em regiões onde as demandas para a Arqueologia são crescentes. Exemplo disso é o que ocorre no Centro-Oeste, região que conta apenas com uma valorosa graduação em Arqueologia na PUC Goiás (Pontifícia Universidade Católica de Goiás). Iniciativas desse tipo precisam ser articuladas com apoio da comunidade arqueológica nacional, motivo pelo qual defendo a ideia de termos um fórum permanente, ligado à SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira), para tratar de assuntos relativos às graduações e aos programas de pós-graduação em Arqueologia e Antropologia/Arqueologia. Nossa capacidade de articulação e a solidariedade que nos unifica neste campo do conhecimento científico são fundamentais para este propósito.

Cumpra ainda dizer que no momento não dispomos de nenhum mestrado profissional vinculado à área de Antropologia/Arqueologia da CAPES. Chegamos a ter um mestrado assim em Gestão do Patrimônio Cultural na PUC Goiás, muito bem avaliado por sinal, mas que foi suspenso a pedido da Universidade. Neste sentido, seriam bem-vindas novas propostas relativas à criação de mestrados profissionais no país, especialmente aqueles onde a Arqueologia se fizesse presente.

Em suma, avançamos significativamente nas últimas décadas e temos muito ainda a avançar daqui em diante.

3) Como atual coordenador adjunto da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES, qual é a sua expectativa com relação à expansão de novos cursos?

Na condição de atual coordenador adjunto da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES, em substituição do colega Eduardo Góes Neves, que fez um trabalho digno de elogios durante seu mandato, avalio que o campo da Arqueologia precisa crescer, e muito. Somos uma área muito pequena comparada, por exemplo, à área Interdisciplinar ou até mesmo a outras áreas, como a Geografia e a História. Daí a importância, insisto, em fortalecermos nosso campo do conhecimento. Por outro lado, as demandas crescem a todo instante. Precisamos, portanto, ter mais programas de pós-graduação em todas as regiões do país. Temos, por exemplo, apenas um curso de mestrado no Sul e até o momento nenhum programa no Centro-Oeste. No Sudeste contamos com excelentes programas de pós-graduação, como ocorre na USP (Universidade de São Paulo), Museu Nacional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). No Nordeste, onde também temos outros programas de pós-graduação de igual qualidade, a Arqueologia é pujante e tem superado dificuldades institucionais com muito trabalho e criatividade, como ocorre na UFS (Universidade Federal de Sergipe), UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e, mais recentemente, na UFPI (Universidade Federal do Piauí). Há ainda ações sendo feitas com vistas à criação outros programas na região. No Norte temos o inovador Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA (Universidade Federal do Pará), o único no momento a ter a proposta de articular os quatro campos clássicos da Antropologia, dentro de uma proposta estratégica, oportuna e inovadora envolvendo a Antropologia Social, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística³.

Precisamos ainda, como explicado anteriormente, de novos mestrados profissionais envolvendo a Arqueologia e seus subcampos, haja vista o relevante papel desses cursos para a pós-graduação no país.

Com efeito, na minha avaliação a Arqueologia crescerá ainda mais nos próximos anos. Sou otimista e tenho expectativas positivas para todas as regiões, mas prefiro não nominá-las no momento. De todo modo, a coordenação e a coordenação adjunta da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES estão à disposição dos colegas para somar naquilo que estiver ao seu alcance⁴.

4) Em sua perspectiva o que mudou na cartografia de formação dos arqueólogos no Brasil?

Sou de uma geração que ingressou na Arqueologia entre fins da década de 1980 e meados dos anos 1990, quando outros colegas haviam trabalhado, e muito, pela criação e estruturação da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira), bem como para o reconhecimento e a institucionalização do campo da Arqueologia no país. Devemos muito a esses valorosos colegas, os quais foram nossos mestres. Naquela época muitos de nós fizemos graduação em alguma área afim, geralmente na História, e depois tínhamos uma formação pós-graduada em Arqueologia, com basicamente duas opções: em Arqueologia, como no caso da USP (Universidade de São Paulo), onde há o programa mais antigo da área no Brasil, ou em História, na área de concentração em Arqueologia, como havia na UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e na PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Apenas a Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, oferecia uma graduação em Arqueologia, a qual, salvo engano, es-

tava articulada com a Museologia. Ali também foram formados muitos arqueólogos e alguns egressos estão atualmente em posição de destaque em vários programas de pós-graduação e possuem uma produção intelectual reconhecida nacional e internacionalmente. Em qualquer situação, era deliberadamente perseguida uma formação de excelência para a Arqueologia. Reconheço que tínhamos uma boa formação e até parte dos anos 1990 aspirávamos seguir o exemplo de muitos de nossos mestres: trabalhar como docentes e pesquisadores em universidades e museus. De lá para cá, com o vertiginoso crescimento da Arqueologia de Contrato, passamos a ter outros desafios pela frente e construímos novos conhecimentos e práticas para responder a demandas diferentes em relação às que tínhamos até então. Isso porque esta modalidade da prática arqueológica tem a ver com o que considero uma Arqueologia Empresarial, e envolve complexas relações entre contratantes e contratados, incluindo, muitas vezes, a terceirização precária do trabalho de arqueólogos.

Depois disso, já na década de 2000, a Arqueologia e a Antropologia Social passaram a protagonizar uma bem-vinda (re) aproximação, valendo-se, por exemplo, do exitoso modelo dos quatro campos (*four fields*) que vigora há muito tempo nas Américas. Sobre esta nova situação, confesso ter uma avaliação bastante positiva em relação ao estabelecimento de uma relação de alteridade e parceria entre esses dois campos do conhecimento no Brasil. Não obstante a esta leitura, penso que devido a uma trajetória histórica nacional os campos da Bioantropologia e Linguística Antropológica ainda estão relativamente distantes da Arqueologia e da Antropologia Social em muitas universidades brasileiras.

De todo modo, o fato é que a situação de contrato possibilitou a criação de novos espaços para os arqueólogos, gerando emprego e renda a muitas pessoas. Atualmente é responsável pela imensa maioria das autorizações de pesquisa feita pelo IPHAN, mas esta quantidade não parece ter o devido impacto em termos de produção intelectual. Paradoxalmente, a academia segue como o espaço onde arqueólogos publicam os estudos mais relevantes, muitas vezes resultado de pesquisas desvinculadas do contrato.

Em que pese saber que a minha leitura sobre o assunto é datada e pode estar prejudicada pelo calor da hora, avalio que esta é uma das principais causas das mudanças ocorridas na cartografia referente à formação de arqueólogos no Brasil. Temos que formar bacharéis, mestres e doutores que na maioria dos casos irá trabalhar no âmbito da Arqueologia Empresarial. Em um cenário assim, observo que há grande empenho na academia para darmos conta desse tipo de demanda. No entanto, isso deve ser feito sem abrimos mão de uma formação humanística, ética e socialmente engajada no que se refere, por exemplo, à relação da Arqueologia com as comunidades locais. Parafraçando Charles Chaplin, em conhecido discurso feito no filme *O Grande Ditador*, diria o seguinte: Não somos buracólogos! Arqueólogos é o que somos!

Por outro lado, é notório que a formação de novos arqueólogos não está mais concentrada em alguns centros. Hoje em dia contamos com cursos de graduação em cidades localizadas no interior do país. Além disso, atualmente temos programas de pós-graduação em lugares que nos anos 1990 sequer contavam um grupo de docentes a trabalhar com a Arqueologia. Esta situação tem a ver, conforme havia dito antes, com a expansão do ensino superior no país, incluindo a abertura de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação em cidades menores. Consequentemente, o lócus do conhecimento passa a ser gradualmente descentralizado em relação aos grandes centros metropolitanos e esta situação é bastante positiva, assim entendo. Ocorre

que dessa maneira é possível notar mudanças interessantes registradas no contexto da Arqueologia Brasileira, a qual segue pujante, plural e inovadora sob muitos aspectos, ainda que tenhamos nossas idiosincrasias e certas dificuldades e problemas a superar.

Notas

- 1 Edital disponível no link <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=5062>, acessado em 30.04.2015.
- 2 No país há dois cursos de graduação em Antropologia com habilitação ou linha de formação em Arqueologia, um na (UFPel) Universidade Federal de Pelotas e outro na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).
- 3 Sobre os campos clássicos da Antropologia e acerca da (re) aproximação dos campos da Antropologia Social no Brasil, peço licença para indicar um recente artigo de minha autoria em que trato do assunto: EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. 2014. Jus Sperniandi: proposta de criação de uma graduação em Antropologia em Mato Grosso do Sul, Brasil. Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, 11: 9-43. (Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/2802/2939>).
- 4 O Relatório de Avaliação 2010-2012 (Trienal 2013), referente à área de Antropologia/Arqueologia da CAPES está disponível na Internet e vale a pena ser devidamente apreciado para uma compreensão mais apurada da situação dos programas de Arqueologia e Antropologia/Arqueologia existentes no Brasil (Disponível em: <https://docs.google.com/>)